O TERREMOTO NO HAITI, O MUNDO DOS BRANCOS E O LOUGAWOU*

Omar Ribeiro Thomaz

RESUMO

As conseqüências do terremoto que atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010 revelam, mais do que a falência do Estado daquele país, o fracasso das organizações internacionais supostamente envolvidas em sua reconstrução. Em relato pessoal e ao mesmo tempo etnográfico, o autor reconstrói os primeiros dias após a catástrofe e comenta a distância que separa essas organizações da sociedade haitiana, distância responsável por sua ineficácia.

PALAVRAS-CHAVE: *Haiti; terremoto de 12 de janeiro de 2010; ONU; Minustah.*

ABSTRACT

The aftermath of the earthquake that striked Haiti earlier this year reveals, more than the bankruptcy of the country's State, the failure of the international organizations responsible for supposedly "rebuilding" it. In a personal and ethnographical essay, the author describes the first days that followed the natural catastrophe and comments on the distance that separates those organizations from Haitian society, which lies at the root of its own inefficiency.

KEYWORDS: *Haiti; earthquake of january 12th, 2010; UN; UNMIH.*

> *Quando a gente distribui os doces nas mãos das crianças na rua ou no campo, elas não acreditam, fazem cara de que viram um homem de duas cabeças. Um branco como motorista de um haitiano que tem badge (enquanto o branco não tem) e que entrega as coisas nas mãos das pessoas, sem gritar numa língua estranha e sem jogar as coisas na cara deles. Isso desconcerta um pouco o ritual coreografado.*
>
> Depoimento de um pesquisador cerca de três semanas após os grandes terremotos do dia 12 de janeiro de 2010.

Não é meu interesse aqui fazer qualquer discussão que tenha como eixo uma crítica ou um elogio da presença brasileira no Haiti. Não pretendo engrossar o caldo dos que gritam "fora as tropas brasileiras do Haiti", nem daqueles que defendem razões humanitárias para a sua presença. O Brasil já participou de outras missões das Nações Unidas, esta não é a primeira, e o impacto da presença de nossas tropas neste país não encontra eco para além de nossas próprias fronteiras. O fato de que o aparato militar da missão seja lide-

[*] Este texto só foi possível pela colaboração dos haitianos e haitianas com quem pude conviver nos últimos dez anos, muito dos quais perderam a vida no dia 12 de janeiro de 2010. Agradeço particularmente a Guy Dalemand, Paulo Dubois, Herard Jadotte e à família Lubin. Devo ainda muito, ou quase tudo, a Sebastião Nascimento e Jean-Phillipe Belleau. A interlocução com Federico Neiburg tem sido preciosa. Agradeço a meus amigos e alunos que me acompanharam nesta última pesquisa de campo interrompida abruptamente: Cris Bierrenbach, Daniel Santos, Diego Bertazzoli, Joanna da Hora, Marcos Rosa, Otávio Calegari, Rodrigo Bulamah e Werner Garbers. Esta ida a campo não teria sido possível sem o apoio do CNPq e da Unicamp.

rado pelo exército brasileiro é, do ponto de vista daqueles que quero privilegiar aqui, irrelevante. Para a esmagadora maioria dos haitianos, não há nenhuma marca especial: se trata apenas de mais uma missão internacional, como outras que passaram por este país nos últimos dezessete anos. No caso da Minustah — Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti —, para além de tropas do Brasil, há tropas de Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Índia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Coréia do Sul, Sri Lanka e Uruguai. Nas ruas de Porto Príncipe e de outras cidades do Haiti, e embora a cidade e o país estejam loteados entre tropas de distintas nacionalidades, nem sempre é fácil identificar a procedência nacional do batalhão — há apenas uma pequena bandeira no uniforme do soldado, e o que se impõe, nos veículos, é a sigla "U. N.". A presença específica brasileira no Haiti é, enfim, algo para consumo interno dos brasileiros.

Meu propósito é o de reavaliar o que pude observar nos quatro dias que sucederam os grandes terremotos que atingiram de forma particularmente violenta Porto Príncipe, Pétionville, Léogâne, Petit-Goâve, Grand-Goâve e Jacmel no dia 12 de janeiro de 2010. Naquele momento fui tomado por uma imensa ansiedade diante da absoluta ausência de qualquer forma de ajuda. Foi o fracasso de todo este aparato associado à idéia de "ajuda internacional", o fracasso do "mundo dos brancos", que pude assistir no Haiti[1].

Não há nada neste país, pelo menos desde 1993, que seja feito independente da tutela das grandes organizações internacionais. O terremoto não revelou a ausência do Estado no Haiti: não se revela aquilo que se tem plena consciência. Haitianos e haitianas não só sofrem a ausência do Estado nacional no seu dia-a-dia como têm na memória o processo que presidiu sua destruição nas últimas décadas. O que o terremoto, sim, revelou foi que por trás da arrogância do "mundo dos brancos" não existe uma proposta de reconstrução do país, mas apenas as diretrizes que devem reproduzir as bases de sua própria arrogância. Revelou também que, ao contrário daquilo que se assistiu na grande imprensa, e que percorre argumentos pseudo-hobbesianos de politólogos que não sonham em por os pés no Haiti, foram as instituições haitianas as únicas capazes de responder à catástrofe nos dias que sucederam aos grandes terremotos.

Semanas após o retorno, entre inúmeros debates com aqueles que também por lá estiveram espremendo fragmentos de uma memória por vezes dolorosa, arrisco afirmar que os haitianos não esperaram nem o Estado ausente, e muito menos a atuação das organizações internacionais, Nações Unidas incluídas. Hoje percebo que com estas instituições estabeleceram uma relação de exterioridade que não admite nem a espera, nem a esperança.

[1] Quando falam de "blan", os haitianos não se referem necessariamente àqueles que reconhecemos como "brancos", mas aos estrangeiros ou pessoas cuja "haitianidade" é duvidosa. O universo das organizações internacionais é freqüentemente associado ao "mundo dos brancos", "lemonn blan" ou, como é mais usual, "moun blan".

Foi no fim da tarde do dia 12 de janeiro de 2010, em Porto Príncipe. O mundo ruiu a nossa volta. Nem bem o primeiro e mais forte tremor acabara, as pessoas já erguiam as mãos aos céus e clamavam por *Jezi* (Jesus) e *Bondiè* (Deus); outras, poucas, entraram em transe a poucos metros de distância de nós. A consciência da violência do sismo foi imediata. Uma imensa nuvem de poeira nos jogou numa névoa impenetrável, explosões se sucediam e não longe de onde estávamos a chama de um posto de gasolina se adivinhava em meio ao pó. Pessoas feridas, queimadas, descabeladas, enlouquecidas surgiam no nevoeiro. Alguém se aproximou e nos disse que o hospital uma quadra acima ruíra.

A noite aproximava-se, e percebemos a impossibilidade de retornar a casa de carro: casas, muros, postes haviam caído e as estreitas ruas de Porto Príncipe estavam obstruídas. Automóveis haviam sido abandonados, outros estavam sob escombros, alguns *tap taps*[2] tentavam circular apinhados de mortos e feridos. Começamos a caminhar. Não víamos nem ouvíamos ambulâncias ou carros de polícia ou bombeiros. Víamos um misto de dor e estupor, e os feridos já começavam a ser dispostos pelas calçadas, assim como cadáveres. Estavam mortos, e alguns pareciam que dormiam. Minha tentação era a de tentar acordá-los, mas sabia que estavam mortos.

[2] Veículos que fazem as vezes de transportes públicos, os *tap taps* são pequenas camionetes, vans ou ônibus sempre decorados de forma exuberante e colorida, com imagens religiosas ou reproduções de personagens famosos, entre jogadores de futebol e artistas, e com uma série de dizeres, em geral provérbios ou ditos religiosos.

Caminhávamos pelo meio da rua, pois temíamos os fios elétricos e os muros que podiam cair nas calçadas. Os tremores se sucediam. No caminho de casa, estava quase tudo no chão. O supermercado onde comprávamos todos os dias havia desabado — fui cumprimentado com um certo alívio pelo libanês crioulo que nos atendia todos os dias e que, atônito, olhava sua loja. Uma mulher deitada no chão tentava usar o telefone celular. Já estava mudo, e assim permaneceria pelos próximos dias. Uma *madanm sara*[3] procurava recolher os seus produtos, frutas e tomates, que se espalhavam pelo meio-fio e que caíam a cada novo tremor.

[3] As *madanm sara* são as comerciantes que garantem a oferta de produtos de boa parte dos mercados de Porto Príncipe. Conectam a capital com as regiões rurais do país e são responsáveis até mesmo por circuitos existentes entre o Haiti e a República Dominicana, os Estados Unidos e o Panamá.

Subindo a rua que levava à nossa casa, vimos que a Universidade Henri Cristophe havia desabado. Estudantes já começavam a trabalhar nos escombros. Centenas de jovens e crianças deambulavam com seus uniformes, antes do terremoto impecáveis, agora, cobertos de pó. Algumas pessoas estavam paradas, atônitas, sentadas no chão; outras corriam e corriam, certamente em direção à casa para ver como estavam os seus; outras pareciam correr sem destino. E a maioria se dispunha a ajudar os feridos, que gritavam e choravam. Um senhor estava absolutamente atônito, sentado ao lado de um veículo, e folheava uma revista.

Nossa casa estava de pé, e nos reunimos. Os tremores se sucediam e, como todos, nos organizamos para dormir no jardim. A rua estava cheia de pessoas. Aqueles cujas casas não haviam caído só ousavam entrar para recolher alguns pertences. Colchões, panos, lonas foram dispostos

pela rua. As pessoas cantavam, rezavam em grupo, batiam palmas, ora oravam, ora protestavam a "Bondiè". A cada novo tremor, as vozes eram mais fortes, os cânticos mais fortes, as palmas mais fortes.

Os telefones não funcionavam, e algumas pessoas que chegavam à nossa casa nos davam a dimensão da destruição. O Palácio Nacional ruíra, assim como a Catedral, os edifícios dos ministérios, os hospitais. O luxuoso Hotel Cristophe, base das operações civis da missão das Nações Unidas, também viera abaixo, e parte do pessoal do alto escalão desta instituição estava sob os escombros. Aventei a possibilidade de se tratarem apenas de rumores, mas todos percebíamos que se tratava de uma catástrofe de grandes dimensões. A casa da organização brasileira Viva Rio, onde estávamos hospedados, possuía gerador e internet via satélite. A cidade estava às escuras, mas nós tínhamos luz e acesso intermitente à rede, o que nos permitia o acompanhamento das notícias. Já na primeira noite se falava de mais de 100 mil mortos. Um jornalista da Reuters usou a internet da casa para enviar imagens captadas da destruição do Palácio Nacional, e da tragédia de dezenas de estudantes secundaristas soterrados. Era o segundo dia da volta às aulas. A duras penas, dormimos, alguns de nós conseguimos apenas cochilar.

Pela manhã do primeiro dia, continuamos sob o impacto dos rumores. Não havia nem rádio, nem TV, e pela internet era mais fácil a comunicação com o exterior do que com qualquer bairro da capital. Saímos de casa, e o que vimos à nossa volta foi desolação, dor e desespero. Todos correm para juntar algo de comida e água, e nós também. Descemos rumo ao centro da cidade, mas diante da confusão e da tensão optamos por voltar para casa. Não vimos nenhum carro, nem civil, nem militar, das Nações Unidas. Não víamos nem escutávamos ambulâncias (hoje vejo que só nós esperávamos ouvir ambulâncias). Não passou nenhum carro para recolher os corpos que se acumulavam pelas ruas.

Afinal, onde está a Minustah? — perguntávamos. Os haitianos pareciam saber: parece ser que *todo* o efetivo militar da Minustah se concentrava no trabalho de salvar os membros da ONU no Hotel Cristophe. Cerca de 6 mil efetivos militares. Uma minoria estava trabalhando no Montana. A ONU ajuda a ONU, os haitianos ajudam os haitianos.

E os corpos se enfileiravam. Diante de uma escola, os corpos infantis são cobertos e dispostos, um ao lado do outro.

Ao voltarmos para casa, fizemos uma reunião. Imaginamos a possibilidade de nos engajarmos em alguma atividade de ajuda. Não sabíamos exatamente o que fazer. Afinal, não éramos nem médicos, nem enfermeiros, nem tínhamos qualquer treinamento de brigadista. Pensamos que o exército brasileiro logo sairia às ruas, e nos colocaríamos às

suas ordens naquilo que considerassem necessário. Afinal, estariam treinados para isso.

Mais uma noite. Dormimos no jardim, pois os tremores continuavam. Na frente de casa, as pessoas começaram a organizar tendas e, sem ajuda de qualquer organização, distribuíram água e comida. E cantavam, oravam e dançavam.

No segundo dia, descemos ao centro, onde caminhamos durante horas. Percebo que meu medo do dia anterior fora infundado. Todos estavam nervosos, mas ninguém ameaçava ninguém, todos se ajudavam. Descemos rumo ao centro, e a todos cumprimentávamos e éramos correspondidos: *Bonjou madanm*; *Bonjou mesye*; *Bonjou frè mwen*; *Sali!*.

O Champs-de-Mars fora transformado num imenso campo de refugiados. Mas transformado pela população que se organizara, improvisara tendas e barracas. Grupos de homens se organizavam em brigadas, escoteiros impecáveis transitavam ajudando os feridos, jovens vestidos com camisetas da mesma cor trabalhavam nos escombros e coletavam lixo. Caminhões pipa distribuíam água gratuita para uma população organizada em filas. Tratava-se de uma iniciativa de empresários haitianos. *Não há nenhuma presença nem da ONU, nem de nenhuma organização internacional*. Os brancos desapareceram da cidade. Somos os únicos brancos, para além de alguns carros que passavam a toda velocidade com alguns jornalistas e fotógrafos. Estes profissionais desciam diante do Palácio Nacional, tiravam algumas fotos, e voltavam a subir; paravam diante das pilhas de mortos, e das janelas dos carros faziam suas fotos.

As cenas já não eram de desespero, e parecia se impor uma rotina. As *madanm sara* garantiam a chegada dos produtos — espaguete, verduras, hortaliças, óleo; as mulheres preparavam *chen janbe*[4], garantiam o pouco de alimentação para as milhares de pessoas, ou para as centenas de milhares: galinha assada, banana verde cozida, repolho, fritadas.

[4] Nome dado à comida preparada e vendida nas ruas por mulheres.

Nas fontes, as pessoas tomavam banho e davam banho nas crianças. A nudez não gerava nenhum tipo de constrangimento. Havia sabão, também garantido pelas *madanm sara*. Lavava-se roupa, logo estendida ao lado das estátuas dos heróis nacionais.

Nas calçadas que cercavam a grande praça, havia corpos cobertos à espera de serem recolhidos. Alguns corpos tinham uma placa dizendo nome e procedência, na esperança de que alguém avisasse a família. Vimos uma fileira de cadáveres infantis, os pequenos corpos embrulhados em plástico. O único caminhão que passou recolhendo os corpos, capaz de dar conta de uma fração mínima dos cadáveres, era da prefeitura de Porto Príncipe. Os corpos foram dispostos, os vivos esperavam. Nos edifícios caídos vimos corpos pendurados, mutilados.

Sobre uma escola de meninas, vimos dezenas de corpos, todas com seu uniforme. Como tirar os corpos lá de cima? Jovens caminhavam para cima e para baixo com o rosto coberto por um lenço, trabalhando nos escombros, sem luvas, sem nada — uma cena que se repetiria nas semanas seguintes. Para além do cheiro nauseabundo de morte, o que se respirava não era violência e desordem, mas resignação e civismo.

Passou um caminhão com estudantes da Université d'État. Com altifalantes solicitaram escavadeiras para salvar seus amigos que estavam debaixo dos escombros. Creio que falavam dos estudantes da Faculdade de Lingüística Aplicada — hoje sabemos que são entre 200 e 300 estudantes mortos. Não vimos nenhum carro da ONU, nada. Conversamos com uma senhora que preparava comida, que nos perguntou *ki kote Minustah? — onde está a Minustah?* Mal-interpretei esta frase. Não era angustiada ou revoltada, mas conformada, e só fazia sentido porque se dirigia a um grupo de brancos. Entre eles, os haitianos não se perguntavam *ki kote Minustah?*, ou *ki kote blan yo?*; eles sabiam que não viriam.

À noite, pela internet, percebemos que estávamos imersos no show da ajuda humanitária. Falava-se de milhões de dólares, dos aviões que chegavam cheio de coisas, de remédios, de médicos, de tendas, de água. Não víamos nada. *A ajuda internacional não se vê, não se come, não se bebe, só se escuta*.

No terceiro dia, voltamos a andar horas, horas e horas pela cidade. Escutamos helicópteros. Não há distribuição de *nada*. Não vemos nenhum carro da ONU ou de qualquer organização internacional. Havia saques, sim. Mas não eram as gangues: eram pais de família, homens, mulheres e crianças que entravam nos supermercados destruídos. Não conseguimos reconhecer nas ruas as cenas que surgiam na imprensa internacional à qual tínhamos acesso via internet. Violência? Onde? Um jornal falava de corpos sendo dispostos na forma de barricadas. Havia, sim, montanhas de corpos. E aqueles que os dispunham não tinham outra expectativa que a de vê-los recolhidos.

Não vimos nenhum médico estrangeiro. Vimos, sim, médicos haitianos atendendo os feridos, enfermeiras haitianas cosendo pessoas nas calçadas, sem nenhum tipo de analgésico. Os corpos continuaram expostos, às dezenas, apodrecendo. Os mesmos corpos continuaram pendurados nos edifícios. Um caminhão passou, as pessoas gritaram para que parasse para recolhê-los, jogaram pedras. Não havia espaço. Cachorros corriam pelas ruas, e também havia cães nos escombros. Falava-se de cães comendo os defuntos. Observei um cão que desde o dia do terremoto não saía da frente de uma casa que desabara. Parecia esperar os seus donos.

Não havia medo. As *madanm sara* seguiram expondo seus produtos pelas calçadas: hortaliças, frutas, espaguete. Não tinham medo de

roubo, não eram protegidas por ninguém em especial, mas sim por regras sociais que definem o que é certo e o que é errado. As pessoas tinham fome: não haveria comida para todos, não haveria água para todos. Quanto tempo agüentariam? Diante de um pedaço de corpo pendurado num edifício me senti mal. Uma senhora se aproximou, me perguntou se estava bem, me ofereceu assento e um copo de água. E a água faltava. Continuávamos sendo os únicos brancos nas ruas.

Subimos rumo a Pétionville[5]. O cenário era de desolação. Pessoas subiam e desciam ruas e avenidas com o rosto coberto. Dos edifícios caídos, o cheiro era insuportável. Havia poucos carros circulando, e um trajeto que pode demorar cerca de uma hora, uma hora e meia em função do trânsito, não levou mais do que 20 minutos. Não havia diesel, os postos de gasolina estavam fechados ou racionavam combustível. Nas encostas das montanhas, bairros inteiros desabaram. A sensação que tivemos era a de que muitas bombas tinham sido lançadas por ali. E a cada golpe de vento, o cheiro se fazia mais e mais insuportável. Na via que conecta Porto Príncipe a Pétionville, dezenas de corpos apodreciam.

[5] Pétionville é um município que fica ao lado de Porto Príncipe, subindo as montanhas majestosas que rodeiam a capital. Fundada em meados do século XIX, a cidade transformou-se numa espécie de subúrbio elegante, onde parte da elite haitiana vive, ao lado de boa parte dos cooperantes estrangeiros estabelecidos na região. Em Pétionville há restaurantes, bares, lojas de artesanato e importantes galerias de arte.

Tampouco vimos nenhum carro nem da ONU, nem de nenhuma organização internacional, tão recorrentes em Pétionville. Se é fato que as grandes mansões desta cidade foram menos afetadas, parte dos bairros que rodeiam o seu centro estavam destruídos. Suas praças foram também transformadas em campos de refugiados, e vimos as mesmas cenas: as *madanm sara* vendendo produtos alimentícios, o *chen janbe* em pleno funcionamento. Ali, como em Porto Príncipe, os preços eram os mesmos de antes do terremoto — logo subiriam. Em Pétionville como em Porto Príncipe vimos distribuição de água gratuitamente. Perguntamos quem distribuía: haitianos, nada da ajuda internacional. Aqui também vimos a coleta de lixo feita pela população. E não havia medo. Vendedoras e cozinheiras trabalhavam sem guarda-costas.

Como em Porto Príncipe, lojas, bancos, supermercados e restaurantes estavam fechados, e muitas vezes guardados por homens bem armados. Vimos indivíduos pertencentes aos grupos mais abastados chamando nas portas dos restaurantes, e conversando com os donos: estavam garantindo um almoço ou um jantar. Os ricos ajudam os ricos, os pobres ajudam os pobres. Novamente, quando perguntamos sobre a Minustah, disseram que seguiam no Hotel Cristophe e no Hotel Montana. A ONU ajudava a ONU. Mas, é importante, éramos nós que perguntávamos *ki kote Minustah?*, questão que, agora vejo, não parecia fazer muito sentido. E o que parece fazer sentido é o mote com o qual popularmente era conhecida a Minustah por muitos haitianos, TURISTA.

Entramos num imenso campo de refugiados improvisado num campo de futebol. Ninguém nos pediu nada, nos olharam com certa indiferença. E as cenas se repetiam: as pessoas tomavam banho, os fe-

ridos eram tratados por freiras haitianas, as crianças jogavam futebol. Um rapaz gritou em nossa direção, *blan mechan* (branco cruel); *li fou* (ele é louco), nos disseram os demais rindo.

Descemos rumo à cidade capital, e a qualquer golpe de vento o cheiro nauseabundo parecia tudo dominar. Aqueles que subiam e desciam, com a cara coberta, procuravam evitar os corpos que se distribuíam pela rota. Numa esquina, uma cena inusitada: ao lado de um corpo abandonado, um caixão. E na subida também outra cena: um carro fúnebre. Alguns puderam reconhecer e enterrar seus mortos.

Na terceira noite, os tremores se sucediam, assim como as discussões em nossa casa. Por que a ajuda não vinha? Recebemos a notícia de que o aeroporto estava cheio de *containers*, com remédios, comida, água. Por certo, não paramos de escutar aviões aterrissando, não paramos de ver e ouvir helicópteros. Parece que no aeroporto havia um imenso acampamento onde se reuniam os cooperantes — médicos, bombeiros, especialistas em terremotos, cães farejadores. Por que nada era distribuído à população? Por que os cães farejadores não faziam o seu trabalho? Por que deixavam a juventude haitiana só, à procura dos seus mortos e feridos?

A informação obtida nos deixou perplexos: não tinham nenhum esquema de distribuição de alimentos ou remédios, e tampouco um esquema de segurança para garantir o trabalho dos cooperantes. Mas, por que não fazer uso dos circuitos de distribuição preexistentes no Haiti? Por que não entrar em contato com as associações de *madanm sara*? Por que não estabelecer uma linha direta com os empresários haitianos que há dias, e pelo menos em alguns pontos da cidade, garantiam a distribuição de água?

A Minustah está no país há seis anos, e outras missões ali estiveram antes dela, e não estabeleceram nenhum contato com os setores organizados da sociedade haitiana. Porque eles existem, e foram eles que garantiram a distribuição de água e comida nos dias que sucederam os terremotos do dia 12 de janeiro.

Por que os médicos estacionados no aeroporto não conversavam com os seus pares que não pararam de trabalhar, dia e noite, desde o primeiro terremoto e em condições terríveis? Por que os veículos da Minustah não transferiram os feridos para os hospitais (sim, existem hospitais!) nas cidades de província? Soubemos da evacuação de estrangeiros para hospitais nos Estados Unidos, e mesmo que os norte-americanos estavam sendo evacuados. Por que não transferiram os feridos para os hospitais existentes em outras partes do país? Por que foram capazes de organizar os estrangeiros e se negaram a observar a organização dos próprios haitianos?

E quanto à segurança: qual insegurança? A ONU tratou de convencer o mundo de que Porto Príncipe é uma espécie de Bagdá caribenha.

[6] *Chimè*, como eram conhecidos os grupos, geralmente juvenis, que se organizaram em gangues em bairros como, entre outros, Cité Soleil e Bel Air na defesa do seu líder, Jean Bertrand Aristide, quando a oposição ao presidente começou a ganhar força em vários setores da sociedade haitiana, particularmente entre intelectuais e estudantes, entre 2003 e 2004.

Se é fato que em determinados momentos de conflito armado tomaram conta das ruas do centro e de Bel Air, quando estudantes e *chimè*[6] se enfrentaram nas disputas em torno da figura de Jean-Bertrand Aristide, nos últimos anos a vida retomou seu curso em Porto Príncipe, e sua classificação como uma espécie de Bagdá ou Cabul caribenha deve-se apenas ao desejo de manutenção da força militar e, sobretudo, dos salários que crescem com o adicional de periculosidade para os funcionários da Minustah.

Na rua em frente à nossa casa, as dezenas de famílias se organizaram em tendas, distribuíam água, comida e cobertores. E cantaram e dançaram. Nesta noite, saímos para cantar e dançar, e fomos recebidos com carinho e alegria. Cantei e bati palmas para *Bondiè*, um deus em quem não acredito, e para espantar *Lougawou*, um lobisomem que não me assusta.

Mas, de noite, as coisas pareciam mudar. Já havia sido advertido mais de uma vez: de noite, as árvores mudam de lugar em Porto Príncipe. E começamos a escutar tiros ao longe. Falava-se de saques às casas, e de guardas privados a defendê-las. Os tiros pareciam cada vez mais próximos. Certamente, havia pilhagens, e tivemos medo. Mas também havia tiros para o alto para espantar outros perigos: hoje sabemos dos rumores sobre ladrões de crianças, sobre o *Lougawou*, também interessado em roubar crianças, e sobre o chupa-cabras. Os tiros não eram apenas para evitar a pilhagem, mas também para espantar temores.

No quarto dia, observávamos as mesmas cenas, a mesma ausência da "ajuda internacional". Não víamos *nada*. Por quanto tempo agüentarão?

Os corpos continuavam espalhados, de forma mais ordenada, cobertos. Mas nas ruas. Os jovens continuavam trabalhando sem escavadeiras, e nos pediam luvas e tratores. Falava-se de valas comuns. Em alguns cemitérios, começaram a esvaziar as tumbas de ossadas antigas e não tão antigas. Nas portas dos cemitérios os corpos se acumulavam, e por vezes a difícil decisão de queimá-los foi tomada. Também soubemos de corpos enterrados nos jardins das casas. Falava-se em mais de 150 mil vítimas. Hoje a cifra já chega a 250 mil, mas o mais provável é que nunca saibamos o número exato de mortos. Daqueles que morreram vítimas do terremoto, e daqueles que morreram vítimas do abandono e da falta de meios da população haitiana.

Quando os rumores da existência de diesel ou gasolina se espalhavam, formavam-se grandes filas nas estações de serviço. O mesmo para os garrafões de água. Não vimos nenhuma das cenas tão mostradas pela mídia de pessoas se estapeando por água ou comida, mas não duvidamos que isso pudesse acontecer pelo simples fato de que a ajuda tardava: quanto tempo agüentarão as *madanm sara* e as famílias? O que faz uma multidão quando se aproximam caminhões com uma ajuda claramente insuficiente? Luta por migalhas, e diante das câmeras,

que chegam com estes mesmos caminhões. Câmeras que não estavam ali para acompanhar a organização do campo, a divisão das tarefas, a distribuição de alimentos e água nos dias que precederam a chegada de caminhões com pessoas armadas até os dentes e seguidas das câmeras da mídia internacional. Foi a ajuda que provocou a violência.

Diante da impossibilidade de nos engajarmos em qualquer atividade de ajuda prática, passamos a nos perceber como um peso. Pensamos em abandonar a capital, em seguir para o Cabo. Mas as notícias das vias obstruídas se somaram à das vias congestionadas: parte da população abandonava a capital. E o fazia mobilizando outras instituições que garantiram sua sobrevivência: relações familiares, relações de vizinhança, relações com as terras de origem.

Tomamos a difícil decisão de abandonar a capital e o país.

A via que conecta Pétionville com a República Dominicana fora aberta e, de ônibus, fomos para o país vizinho. Sentíamos imensa tristeza e, por que não dizer? Vergonha. A normalidade que encontramos após uma fronteira caótica — pessoas tentando sair, gente sem escrúpulos vendendo vistos de entrada, comboios de ajuda internacional, das grandes organizações dirigindo-se à capital (alguns dos profissionais, para nosso espanto, estava com colete a prova de balas!), familiares vindos do exterior tentando chegar em Porto Príncipe com ajuda para os seus parentes — foi desconcertante. Nos vilarejos dominicanos, nem sinal do terremoto.

Em Santo Domingo, a vida seguia seu curso normal, e se nas notícias de jornal o Haiti era onipresente, respirava-se um ar de tranqüilidade e indiferença. A cidade estava cheia de turistas, e os restaurantes e bares estavam cheios. Em poucas horas, deixáramos um mundo às escuras, marcado pela dor, pelo cansaço e pelo odor onipresente da morte.

Pudemos ver televisão. Na TV espanhola, mostraram a cena da multidão tentando entrar na zona industrial de Porto Príncipe, defendida por tropas da ONU. O que o repórter dizia era absurdo: *miles de personas fuerzan la entrada de la frontera dominicana*. Não era na fronteira! Tratava-se das portas da zona franca, com seus imensos galpões que não vieram abaixo, e onde a população sabia haver água e comida, e um espaço protegido para a construção de tendas. Foram repelidos à bala.

As cenas sobre a ajuda internacional se sucediam: os espanhóis mostravam os espanhóis, os franceses, os franceses, os americanos, os americanos. A mídia escolhera seus protagonistas.

Dormimos em camas, numa pousada. Tentamos dormir, na verdade. Parecia que o único lugar decente para dormir era a praça central da cidade, a céu aberto.

Na imprensa internacional foi recorrente a afirmação da dificuldade de escoar a ajuda internacional. Remédios, comida, água, tendas, cobertores... tudo parecia se acumular no aeroporto de uma cidade já por si só caótica, e agora absolutamente sumida no caos pós-terremoto. É certo que a ONU estava decapitada, entre o estado de choque e o caos. Mas atribuir ao Haiti a responsabilidade pela ausência de ação das organizações internacionais deve ser considerado um exercício de cinismo, má-fé ou, na melhor das hipóteses, pura e simples ignorância.

Que o Estado no Haiti oscila, na atualidade, entre a ausência e a força bruta da atuação policial (percebida pela população muitas vezes como qualquer gangue com a diferença que conta com o apoio das Nações Unidas), isso não é novidade para os haitianos. Mas traduzir a precariedade do aparato estatal numa guerra de todos contra todos, num estado de caos permanente, constitui uma liberdade retórica que não resiste a uma observação mais atenta da realidade de Porto Príncipe — observação que os sujeitos da "comunidade internacional" há anos estabelecidos neste país estariam obrigados a realizar.

Ao contrário do que parecem imaginar muitos, no Haiti havia um Estado, nem pior, nem melhor que muitos outros Estados latino-americanos e caribenhos. Cobrava-se impostos, emitia-se documentação, e a polícia mantinha a ordem. Circunstâncias históricas específicas promoveram processos que, entre os anos de 1950 e 1980, culminaram com seu desmantelamento. Some-se a isso um conjunto de decisões econômicas desastrosas, e temos o panorama do Haiti a partir de finais dos anos de 1980. O Estado transforma-se em memória e demanda, ao tempo em que instituições que estão para além dele são continuamente reinventadas pelos haitianos. Destacaremos aqui as instituições que foram fundamentais para a sobrevivência dos haitianos nos dias posteriores aos grandes terremotos.

As relações familiares, o compadrio, a vizinhança e a amizade foram certamente centrais. Nos momentos e nos dias que sucederam à catástrofe, garantiram uma impressionante mobilização: parentes socorriam parentes, vizinhos socorriam vizinhos, amigos socorriam amigos. Crianças subitamente órfãs eram imediatamente recolhidas pelos vizinhos, padrinhos, madrinhas e parentes.

Quando ficou evidente para muitos que a situação em Porto Príncipe era crescentemente insustentável, foram os laços familiares mantidos nas terras de origem que garantiram a evacuação de pelo menos meio milhão de pessoas que, com seus próprios meios, foram em busca de auxílio ali onde não há nem sombra das grandes organizações internacionais. Hoje temos notícias de pelo menos 80 mil pessoas que se dirigiram a Les Cayes, 20 mil a Jérémie, e assim por diante. Foram

recebidos por parentes e amigos, por coletivos de camponeses que, em meio a imensa precariedade, foram mais eficazes do que as organizações internacionais.

Ao passarmos a fronteira rumo à República Dominicana pudemos observar ainda outro movimento cada vez mais intenso nas semanas seguintes: a ida de parentes e amigos residentes nos Estados Unidos, no Canadá ou na República Dominicana a Porto Príncipe para levar ajuda. Diante do colapso bancário, não foram poucos os que foram entregar diretamente a ajuda a seus amigos e parentes, e mais uma vez a diáspora se revelou imprescindível.

Mas não são só os laços de sangue, as alianças e os afetos também dinamizam a sociedade haitiana; a precariedade do aparato estatal não limita o impressionante associativismo que a caracteriza. As associações de médicos e enfermeiras rapidamente começaram a agir pelas ruas, socorrendo os feridos, da mesma forma que freiras haitianas acudiam os aflitos, os escoteiros e outras associações juvenis se mobilizaram no trabalho junto aos escombros. Os jovens organizados em grupo rapidamente colocavam camisetas da mesma cor com o propósito de facilitar sua identificação, o que indica o gosto pelo uniforme do povo haitiano. Ninguém esperara nem cães farejadores, nem especialistas internacionais — estes estavam trancados no aeroporto ou nos distintos batalhões à espera de um "protocolo". O que vimos foi uma ordem impressionante, e não a desordem mostrada pela mídia.

Por que as organizações internacionais não fizeram uso desta organização existente na sociedade haitiana para fazer chegar rapidamente a ajuda tão necessária? Por várias razões. O "protocolo" das organizações não prevê este tipo de conexão; os seus profissionais geralmente desconhecem o *kreyòl* — língua universal de todos os haitianos — e por vezes mesmo o francês, assim como ignoram e menosprezam as capacidades da população; não há comunicação entre os profissionais destas organizações e os habitantes do país. Todos parecem falar dos *haitianos*, mas ignoram aqueles setores que, frágeis, garantem de fato sua existência.

Quanto aos argumentos hobbesianos, além de não fazerem justiça ao próprio Hobbes, ignoram os avanços de uma antropologia que, nos anos de 1920 e 1930, e após cuidadosa pesquisa de campo entre grupos africanos, jogou por terra a associação entre ausência de Estado e o caos. É evidente que no Haiti não estamos entre os Nuer. O Haiti é uma sociedade estatal, e seus habitantes têm em sua memória períodos anteriores em que um Estado mantinha a ordem, cobrava impostos e investia minimamente em obras públicas, com as evidentes limitações próprias dos Estados daquela região do mundo. O Haiti, na atualidade, e nas últimas décadas, não é uma sociedade contra o Estado, como

insistem alguns[7], ou mesmo sem Estado: há uma clara percepção de Estado entre seus habitantes na forma de memória e demanda.

Não é raro escutarmos narrativas saudosas relativas ao longo período dos Duvalier. Ditadura sangrenta, sem dúvida, mas ordenada: os indivíduos sabiam o que fazer para evitar a violência. Se as pessoas se comportassem adequadamente, nada lhes iria acontecer: as famílias em Porto Príncipe dormiam com as portas e janelas abertas, insistem muitos. As representações em torno dos *tonton macoutes* — famosa guarda pretoriana que acompanhou o clã Duvalier entre 1957 e 1986 — oscilam entre as que insistem em seu caráter violento e as que têm a lembrança deles como bons e velhos "coronéis", garantidores da ordem e de ciclos de reciprocidade. Aliás, muitos *macoutes* continuam agindo nos vilarejos do interior em nome da ordem, e sua demanda atual é a de um soldo que faça justiça ao seu trabalho.

Há aqui uma clara diferença entre capital e província. Mas em ambos os espaços, a memória dos períodos anteriores aos anos de 1980 é a de uma violência ordenada, e não a experiência de uma desordem violenta. Os haitianos foram capazes, sim, de construir um Estado ao longo do século XIX[8]. Estado que se reproduziu até a primeira metade do século XX com os condicionantes próprios daquela região do Caribe. É a partir de meados do século XX que começa a ser dilapidado, destruído sistematicamente. A lógica da Guerra Fria se impôs, as elites intelectuais foram eliminadas ou absolutamente domesticadas e as decisões de política econômica foram, em geral, desastrosas, responsáveis pela destruição de esferas associadas à "tradição", sem garantir a consolidação do propriamente "moderno".

Tendo a concordar com antropólogos como Michel-Rolph Trouillot[9] e Gérard Barthelemy[10] quanto às raízes do duvalierismo em períodos anteriores ao próprio Duvalier. Assistimos ao longo da história haitiana a construção de um Estado que estabelece com a população camponesa uma relação predatória, promovendo *por vezes* uma relação de exterioridade entre estes mesmos camponeses e as instituições estatais. Os camponeses transformaram-se progressivamente nos *outros* que, paradoxalmente, mantém o próprio Estado, que os suga. Para os movimentos modernistas, que têm à frente autores como Jean Price-Mars, os camponeses são ainda a garantia da própria existência da nação, que jamais duvidou de sua própria existência[11]. Entre Estado e nação se estabelece uma relação de oposição, tensão e exterioridade. Mas a população não se mantém à margem do Estado — deseja-o.

Tal exterioridade ocorre com as organizações internacionais que insistem estar no Haiti para reconstruir e consolidar o aparato estatal. Os haitianos percebem-nas muitas vezes como garantidoras de uma ordem que não fará outra coisa além de recompor sanguessugas e lobisomens. A extraordinária riqueza dos cooperantes estrangeiros diante da miséria

[7] A obra do etnólogo francês Gérard Barthelemy é reveladora de uma certa antropologia "romântica" que, ao perceber uma dualidade opondo o universo rural ao urbano no Haiti, interpreta o mundo camponês como responsável por uma dinâmica de oposição ao Estado que o aproximaria de sociedades *contra* o Estado. Se há uma clara divisão entre o rural e o urbano no Haiti, isso não implica que, historicamente, não tenhamos um conjunto de relações entre esses dois universos que impedem a idéia de uma oposição cuja conseqüência seria a reprodução de dois mundos, um à margem do outro. Cf. Gérard Barthelemy. *Le pays en-deshors: essai sur l'univers rural haïtien*. Porto Príncipe: Henri Deschamps, 1989.

[8] Devemos ter em mente a dificuldade de construção de um Estado em meio a um terrível embargo internacional do qual o Haiti foi vítima até pelo menos a guerra civil norte-americana. A melhor e mais deliciosa descrição histórica do processo pode ser encontrada no clássico de Jean Price-Mars, *La República de Haití y la República Dominicana*. Santo Domingo: Bibliófilos, 2000, 2 vols. (1º edição em francês, Porto Príncipe, 1953).

[9] Trouillot, Michel-Rolph. *State against Nation: the origins and legacy of duvalierism.* Nova York: Monthly Review Press, 1990.

[10] Barthelemy, G. *Les duvalieristes après Duvalier*. Paris: L'Harmattan, 1992.

[11] Ver o clássico de Price-Mars, Jean. *Ainsi parla l'oncle*. Porto Príncipe: Bibliothèque National, 1998 [1928].

esmagadora da população é percebida muitas vezes como produto de uma pilhagem, associada ao próprio Estado em muitos momentos da história haitiana. A reconstrução da Polícia Nacional (PNH) por parte da Minustah de 2004 para cá pode ser um bom exemplo: ela é percebida como uma gangue entre outras, talvez com melhores uniformes e mais bem armada, pois armada pelas Nações Unidas, mas não menos gangue. Quando a Minustah se recolheu nos quartéis após o primeiro terremoto, soubemos da execução de dezenas de jovens por parte da PNH. Tratava-se de um acerto de contas, em que se aproveitou claramente da ausência da Minustah para agir. Lembrando que os policiais foram armados pela própria Minustah. E todos sabem disso. Como afirma Edwidge Dandicat, ao descrever os conflitos em Bel Air em 2004:

> *Alguma coisa seria feita?, ele perguntou. Os soldados das Nações Unidas que dispararam do seu telhado seriam disciplinados? As pessoas que foram feridas receberiam ajuda? A Cruz Vermelha iria até lá e as levaria ao hospital? As famílias dos mortos seriam indenizadas? Ou pelo menos ajudadas com as despesas do enterro?*
>
> *Era provável que policiais haitianos houvessem atirado do seu telhado, disse o agente. A Minustah e a CIVPOL estavam ali simplesmente para ajudar a polícia haitiana. Se seus vizinhos tinham sido feridos pela polícia haitiana, as Nações Unidas não poderiam fazer nada*[12].

[12] Dandicat, Edwidge. *Adeus Haiti*. Rio de Janeiro: Agir, p. 173.

A pergunta "ki kote Minustah?" era minha. Os haitianos sabiam que as tropas das Nações Unidas não estavam ali para ajudar e que só apareceriam mais tarde para recolher os louros de uma ação que não fora a deles, como de fato ocorreu. As câmeras da mídia internacional acompanharam a ação isolada, intermitente, insuficiente e por vezes promotora, ela mesma, da violência. A mídia brasileira seguiu os brasileiros, a espanhola, os espanhóis, a americana, a americana, e daí por diante. O fato de cada um só conseguir olhar para si mesmo e se referir a si mesmo na mídia internacional impediu de se enxergar a ordem e o civismo que, no geral, acompanhou a atuação dos haitianos.

Aquilo já anunciado na bibliografia clássica sobre o Haiti pareceu se confirmar: o país existe nos mercados[13]. Após o terremoto, foi a rápida organização de mercados insistentemente denominados "informais" que garantiu o abastecimento da população. As lojas que haviam resistido ao terremoto estavam fechadas, assim como os supermercados. Os campos de refugiados foram rapidamente transformados em grandes mercados, onde eram oferecidos óleo, espaguete, verduras, frutas e sabão. Os preços mantiveram-se relativamente estáveis. Mas nas semanas seguintes a inflação chegou a 30%. Há um imenso controle social sobre os preços: aquilo que é considerado um preço justo é definido e controlado pela própria população.

[13] Mintz, Sidney W. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

O Haiti é um país fortemente monetarizado. Não contentes com uma moeda nacional, eles têm duas — o *gourde*, com existência material em papel e moeda metálica, e o dólar haitiano, existente na cabeça dos haitianos, mas não menos real, e capaz de levar à loucura estrangeiros desavisados. Cada dólar haitiano corresponde a cinco gourdes, e é em dólares (haitianos) que as transações são feitas, transformando a todos em rápidos matemáticos.

O que garante o mercado não é o escambo eventual. Haitianos e haitianas não têm seu dinheiro em bancos (aliás, boa parte deles na capital veio abaixo ou permaneceu fechada nos dias que se seguiram aos grandes terremotos). O pouco que têm está continuamente circulando, e assim continuou nos dias que sucederam a catástrofe. Por isso é que eles conseguiam comprar um prato de *chen janbe*, ter acesso a algo de sabão ou receber por algum biscate. O dinheiro não se guarda: circula.

Com lojas e supermercados fechados ou destruídos e com os contentores repletos de produtos oriundos da ajuda internacional no aeroporto, os circuitos comerciais rapidamente se articularam, conectando a província com a capital. Ademais, as mulheres vendiam nas ruas sem guarda-costas, sem fuzileiros e sem medo. Havia uma auto-regulação pautada pela honra e pelo respeito. Se os saques ocorreram nos supermercados destruídos, as *madanm sara* vendiam com certa tranqüilidade nas ruas da capital e de Pétionville. Quando a polícia aparecia era para defender a propriedade dos grandes atacadistas que, por sua vez, estavam, eles mesmos, armados: as *madanm sara* não precisavam da polícia. Temiam-na.

Nas calçadas, as mulheres responsáveis pelo *chen janbe* preparavam panelões de comida: banana verde cozida ou frita, arroz e feijão, galinha. Quando no segundo dia após o grande terremoto, no Champs-de-Mars, aproximei-me e pedi quinze porções de galinha, houve grande alvoroço, pois nem sempre se pede tal quantidade de comida. Era difícil que apenas uma cozinheira desse conta do pedido, e logo as mulheres se organizaram para providenciar as porções: cada uma sabia quantas galinhas havia dado, quantas bananas, e quanto do dinheiro cabia a cada uma. Andei os vinte minutos do centro até a casa onde estava com quinze porções de galinha, em meio à multidão e cruzando com fileiras de corpos nas calçadas. Não fui atacado, sequer ameaçado.

No dias seguintes aos grandes terremotos, as grandes instituições internacionais, Nações Unidas entre elas, organizaram-se não no sentido de efetivamente fazer chegar a ajuda aos haitianos, mas de apelar para o envio de recursos. Rapidamente, um grande espetáculo estruturou-se: personalidades internacionais, atrizes, atores e modelos fazendo publicidade de suas extraordinárias doações, os países disputando entre si o palco da ajuda. Os Estados Unidos anunciavam a destinação

de grandes somas de recursos, assim como a União Européia; o Brasil aspirando se tornar o protagonista da ajuda ao Haiti. Além de beldades, instituições supranacionais e Estados, grandes organizações não-governamentais também apelavam para uma generosidade sem fronteiras que parecia se voltar em peso para o Haiti. Apelava-se para o envio de recursos em nome da ajuda imediata — que não chegava — e da reconstrução. Reconstrução de quê?

O contraste entre tal mobilização e seu efeito quase nulo no Haiti é, no mínimo, gritante. Os haitianos permaneceram e permanecem à margem desse show, condenados a um papel secundário, transformados ora numa paisagem de miséria, ora nos sujeitos de um caos que parece distanciá-los da vida em sociedade.

Estariam as instituições internacionais nos dias que sucederam a catástrofe em choque? Pode ser, mas insisto na idéia de que havia uma incapacidade anterior ao terremoto para o estabelecimento efetivo de canais de ajuda — para além da boa-fé dos profissionais dessas instituições. Esta incapacidade se deve a múltiplos fatores, entre os quais destaco a falta de comunicação efetiva com setores decisivos da sociedade haitiana. Estes são ora desconhecidos, ora considerados incapazes, ora desprezados. E mais: muitas vezes as ONGs internacionais estabelecem com os setores organizados da sociedade haitiana uma relação de franca competição. Como pequenas organizações haitianas podem competir por recursos com médias e grandes organizações internacionais? Como estas podem entrar num mundo que possui um vocabulário (aparentemente) complexo e marcado, em grande parte do tempo, por seminários infindáveis?

A manutenção de todo o aparato que cerca a presença internacional no Haiti exige uma soma considerável de recursos. Recursos que não necessariamente chegam aos haitianos ou contribuem efetivamente para a construção ou a consolidação do aparato estatal. Ouso dizer que o que se pretende reconstruir com as supostamente grandes somas oriundas da ajuda internacional não é o Haiti, mas a própria ajuda internacional. Se tivermos presente os custos anuais dos aparatos civil e militar das Nações Unidas no país, os recursos enviados chegam a ser risíveis, e claramente pretendem reconstruir a própria Minustah.

Enquanto isso, o povo haitiano recorre às suas próprias instituições, ditas "tradicionais", porém mais eficazes, apesar de todas as limitações, do que um aparato que não tem outro propósito que sua própria auto-reprodução. Os bem-intencionados cooperantes aproximam-se, então, dos representantes do Estado haitiano — as elites que se culpam por sua incapacidade histórica de promover a superação inscrita numa revolução que ocorreu há mais de 200 anos, e que são responsabilizadas constantemente pelos próprios representantes da

comunidade internacional pelo fracasso do país. Elites que construíram um Estado sanguessuga, que foi em poucas décadas destruído para ser reposto por outro aparato, não menos sanguessuga. Por sorte, haitianos e haitianas têm experiência com os lobisomens, o *Lougawou*, e os chupa-cabras que novamente se impõem falando línguas estrangeiras para a esmagadora maioria da população. Falando francês, inglês, castelhano e agora também português, com nossa doce tonalidade tropical.

Recebido para publicação em 9 de março de 2010.
NOVOS ESTUDOS
CEBRAP
86, março 2010
pp. 23-39

Omar Ribeiro Thomaz é professor do Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisador do Cebrap.

HAITI

Cris Bierrenbach

As imagens de tragédias costumam parecer pré-fabricadas: nos acostumamos a esperar, dos meio de comunicação, cenas de caos completo, destruição total e de números impressionantes de mortos, as estruturas do espetáculo midiático sempre em prontidão para transformar os locais atingidos por catástrofes naturais em cenário de coberturas ao vivo em tom alarmista, em "reality shows" de celebridades do jornalismo e em apelo para campanhas humanitárias.

O ensaio fotográfico a seguir procura oferecer uma visão mais complexa do terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010. A fotógrafa Cris Bierrenbach retrata elementos do cotidiano de Porto Príncipe, o impacto do terremoto sobre a vida dos habitantes da cidade e os esforços de reorganização da própria população. As imagens contrariam a impressão de uma "sociedade sem Estado", ou radicalmente disfuncional e anômica, e reforçam a impressão da população do Haiti de que a ajuda com que podem contar para recolocar suas vidas em ordem virá, acima de tudo, deles mesmos.